



8352772



08129.002051/2019-50



Ministério da Justiça e Segurança Pública

**RESPOSTA****PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 12**

Questionamento: 1) *O item 7.20.1 do Edital prevê a apresentação de “Atestado de Capacidade Técnica”. Contudo, não há informações, no edital, se o referido documento será suficiente para comprovar as atividades consignadas no mesmo ou se será necessário, em algum momento, que o licitante comprove, com documentos complementares, a efetiva realização das atividades declaradas (a exemplo da apresentação de edital de leilão, peças publicitárias, auto de arrematação, contratos, dentre outros).*

Resposta: Nos termos do art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93 é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ademais, o item 7.22, dispõe que o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Desse modo, depreende-se que, caso haja necessidade de complementação de informações referentes aos atestados de capacidade técnica, o pregoeiro diligenciará o licitante, nos termos das legislações acima descritas.

Questionamento: 2) *Ainda em relação ao item 7.20.1, acima mencionado, na hipótese de serem exigidos documentos complementares, qual a punição prevista para o licitante que não venha a comprovar os serviços consignados no atestado apresentado?*

Resposta: Conforme dito no questionamento anterior, nos termos da legislação, o pregoeiro poderá realizar diligências para a complementação das informações apresentadas. E, caso o licitante não apresente quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital será inabilitado, conforme disposto no item 7.28.

Questionamento: 3) *Na hipótese do licitante apresentar proposta em percentual muito baixo (zero, por exemplo) e, posteriormente, entender que a proposta apresentada é inexequível, é possível a desistência da proposta? Em caso negativo, qual a punição prevista para o licitante?*

Resposta: Quanto ao tema, destacamos os seguintes pontos do Edital:

4.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

(...)

4.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.8. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

(...)

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

(...)

4.12.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

(...)

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;

18.1.6. cometer fraude fiscal;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

(...)

Desse modo, a desistência da proposta poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas no Capítulo 18, assegurados o contraditório e a ampla defesa para o licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 25/03/2019, às 10:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

